Agrícola Almeida S.A.

CNPJ/MF nº 51.482.461/0001-89 - NIRE 35300665597

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Agrícola Almeida S.A., vem apresentar a V.Sas. O Balanço Patrimonial encerrado em 31/03/2026 e as respectivas demonstrações financeiras, As demonstrações financeiras para o período findo em 31/03/2025 são apresentadas para efeito comparativo. Para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, ficamos a disposição dos Senhores Acionistas em nossa sede social na Fazenda Vista Alegre, Bairro Pinhal s/n, no Município de Itapetininga-SP, no qual encontram-se arquivadas as demonstrações financeiras completas.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E DE 2025, *(Em milhares de reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	31/3/2026	31/3/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7	7
Contas a receber		58	58
Estoques	5	5.212	2.995
Impostos e contribuições a recuperar	6	2.580	1.222
Ativo biológico	7	54.125	51.381
Outras contas a receber	8	630	964
Total do ativo circulante		**62.612**	**56.627**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outras contas a receber	8	211.649	211.649
Impostos e contribuições a recuperar	6	8.919	8.919
Depósitos judiciais		1.781	213
Investimentos		262	262
Imobilizado	9	129.218	117.397
Total do ativo não circulante		**351.829**	**338.440**
Total do ativo		**414.441**	**395.067**

Passivo	Nota	31/3/2026	31/3/2025
Circulante			
Fornecedores	10	9.898	3.034
Obrigações sociais	11	4.201	8.472
Impostos e contribuições a recolher	12	7.584	6.997
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	13	1.505	2.510
Plano de recuperação judicial – PRJ	24	430	1.377
Outras contas a pagar	14	4.927	1.461
Total do passivo circulante		**28.545**	**23.851**
Não circulante			
Fornecedores	10	44	44
Adiantamento de clientes – partes relacionadas	15	113.425	86.131
Partes relacionadas	15	2.444	7.452
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	13	7.166	1.305
Outras contas a pagar	14	3.162	3.336
Provisão para contingências	16	4.216	4.555
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	3.056	9.171
Provisão sobre investimentos		2.272	2.181
Plano de recuperação judicial – PRJ	23	15.245	16.287
Resultado de exercícios futuros – PRJ	24	50.172	50.172
Total do passivo não circulante		**201.202**	**180.634**
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	168.671	168.671
Instrumento para conversão em aumento de capital		11.644	–
Ajuste de avaliação patrimonial		14.209	14.668
Lucros (prejuízos) acumulados		(9.830)	7.243
Total do patrimônio líquido		**184.694**	**190.582**
Total do passivo e patrimônio líquido		**414.441**	**395.067**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Instrumento para conversão em aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/03/2024	**36.000**	**648.440**	**14.771**	**(532.686)**	**166.525**
Atualização monetária instrumento conversão de capital	–	8	–	–	8
Integralização capital social	665.357	(648.448)	–	–	16.909
Redução de capital para absorção de prejuízo	(532.686)	–	–	532.686	–
Realização do custo atribuído	–	–	(157)	157	–
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	–	–	54	–	54
Lucro do exercício	–	–	–	7.086	7.086
Saldos em 31/03/2025	**168.671**	**–**	**14.668**	**7.243**	**190.582**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	(4.883)	(4.883)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	11.644	–	–	11.644
Realização do custo atribuído	–	–	(695)	695	–
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	–	–	236	–	236
Prejuízo do exercício	–	–	–	(12.885)	(12.885)
Saldos em 31/03/2026	**168.671**	**11.644**	**14.209**	**(9.830)**	**184.694**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	31/3/2026	31/3/2025
Receita operacional líquida	19	84.238	74.382
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	(78.471)	(63.231)
Variação do valor justo do ativo biológico	7 e 20	(15.605)	5.808
Lucro (prejuízo) bruto		**(9.838)**	**16.959**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(8.154)	(14.938)
Outras receitas operacionais líquidas	20	871	169.398
		(7.283)	**154.460**
Resultado de participações societárias		(91)	47
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**(17.212)**	**171.466**
Receitas financeiras	21	61	370
Despesas financeiras	21	(1.613)	(1.815)
Resultado financeiro líquido		**(1.552)**	**(1.445)**
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**(18.764)**	**170.021**
IRPJ e CSLL – diferidos	17	5.879	(162.935)
Lucro (prejuízo) do exercício		**(12.885)**	**7.086**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	31/3/2026	31/3/2025
Lucro (prejuízo) do exercício	**(12.885)**	**7.086**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(12.885)**	**7.086**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/3/2026	31/3/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro (prejuízo) do exercício	**(12.885)**	**7.086**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	18.800	13.929
Amortizações dos custos de entressafra, tratos e exaustão do ativo biológico	25.955	17.646
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(5.879)	4.893
Resultado de equivalência patrimonial	91	(47)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.534	524
Variação do valor líquido do ativo biológico	15.605	(5.808)
Outros ajustes	–	63
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	(339)	(10.838)
	42.883	**27.448**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	–	3.198
Tributos a recuperar	(1.358)	776
Outras contas a receber	(1.232)	1.183
Estoques	(2.217)	1.182
	(4.807)	**6.339**
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	6.864	(382)
Obrigações sociais	–	2.216
Obrigações fiscais e parcelamentos tributários	1.172	393
Partes relacionadas	27.294	2.866
Outras contas a pagar	–	3.337
	35.330	**8.430**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**73.406**	**42.217**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(6.336)	(2.063)
Adições ao imobilizado (planta portadora)	(24.308)	(27.117)
Adições ao ativo biológico	(42.352)	(25.955)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(72.996)**	**(55.135)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Credores – recuperação judicial	–	(216)
Integralização de capital social	(410)	13.136
Caixa líquidos gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(410)**	**12.920**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**–**	**2**
Caixa e equivalentes no final do exercício	7	7
Caixa e equivalentes no início do exercício	7	5
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**–**	**2**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Agrícola Almeida S.A.("Companhia"), com sede na Fazenda Vista Alegre em Itapetininga, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de cana-de-açúcar. A totalidade da cana-de-açúcar cultivada é comercializada com sua parte relacionada Agroindustrial Vista Alegre S.A., por remuneração definida de acordo com o Regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana de Açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana Açúcar e Álcool de São Paulo (Consecana). **1.1 Estrutura societária:** No contexto do aprimoramento de sua estrutura societária e de governança corporativa, em 03/06/2025 os sócios da Companhia aprovaram a transformação de sua natureza jurídica de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, passando a adotar a denominação social compatível com o novo tipo societário. A alteração da natureza jurídica não implicou mudança nas atividades operacionais, nos ativos, passivos, direitos ou obrigações da Companhia, constituindo uma reorganização societária voltada ao fortalecimento de sua estrutura de governança, à maior flexibilidade para futuras operações societárias e ao alinhamento de sua estrutura de capital às estratégias de crescimento do negócio. **1.2 Situação financeira e planos da Administração:** Com o encerramento da Recuperação Judicial e a equalização das dívidas, a Agrícola Almeida S.A. através de sua administração, tem se dedicado a estruturar um plano de crescimento e consolidação financeira, baseado na expansão do plantio, contemplando o projeto de parceria em conjunto com produtores de soja, oferecendo as áreas de reforma da Companhia em troca de novas áreas para plantio de cana-de-açúcar em áreas de soja. Dentre as principais ações já tomadas, destacam-se: **Administrativa financeira**: • Modernização da infraestrutura de tecnologia da informação (TI), em andamento; • Criação de um Comitê de Riscos de mercado e da implantação da política de riscos de mercado; • Programa de treinamento continuado dos colaboradores. **Operacional**: • Aumento expressivo dos investimentos em reforma e plantios de novos canaviais; • Aumento significativo de toneladas de cana por hectare; • Mapeamento e arrendamento de novas áreas para plantio de cana; • Utilização de micronutrientes e hormônios objetivando o aumento da produtividade agrícola; • Intensificação do controle de pragas e doenças do canavial; • Implantação de projeto para aplicação de vinhaça localizada; • Redução de pisoteio no processo de colheita.; • Implantação do COA (Centro de operações agrícola), em andamento; • Automatização do plantio, em andamento; • Projeto de renovação da frota com troca de 6 colhedoras e 29 caminhões; e, • Locação de equipamentos novos, visando a redução de custo com manutenção da frota; **1.3 Recuperação Judicial:** Tendo em vista que a Companhia cumpriu com todas as obrigações previstas no Aditivo do Plano de Recuperação Judicial, aprovado e homologado, com vencimento em até dois anos completados da concessão da Recuperação Judicial, foi solicitado ao Juízo da RJ o seu encerramento. O Administrador Judicial e o Ministério Público opinaram pelo encerramento da Recuperação Judicial. Assim, em 20/06/2023, foi proferida, pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença de encerramento do processo de Recuperação Judicial. As fases estabelecidas para plano de Recuperação Judicial foram: • Em 01/09/2017, a Companhia ingressou com o pedido de Recuperação Judicial; • Em 15/09/2017, foi proferida decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial; • Em 23/09/2019, em Assembleia Geral de Credores (AGC), foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial; • Em 07/10/2019, o Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial; • Em 20/06/2023, foi proferida, pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença de encerramento do processo de Recuperação Judicial; e • Em 08/08/2023 a sentença transitou em julgado, certificando que o processo foi baixado definitivamente no sistema. **2. Apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras: 2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 17/09/2026. **2.2 Bases de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das Demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Administração da Companhia e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas: • **Nota explicativa nº 7** - Valor justo dos ativos biológicos; • **Nota explicativa nº 8** - Recuperação dos ativos de longo prazo *("impairment")*; • **Nota explicativa nº 9** - Vida útil dos ativos imobilizados; • **Nota explicativa nº 17** - IRPJ e CSLL diferidos; • **Nota explicativa nº 16** - Provisão para contingências Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Companhia. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. **2.5 Mensuração do valor justo:** Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para os ativos e passivos idênticos. • **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos do Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços). • **Nível 3** - *inputs*, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Companhia é classificada como nível 1 e nível 2. **3. Políticas contábeis materiais:** O resumo das políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **3.1 Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração inicial**: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii) Classificação e mensuração subsequente**: **Ativos financeiros - classificação**: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida, ou ao VJORA - instrumento patrimonial ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir, e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iii) Desreconhecimento**: **Ativos financeiros**: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere, nem mantém, substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente quase todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros**: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação de ativos e passivos financeiros**: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v) Caixa e equivalentes de caixa**: Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. **vi) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*"impairment"*)** : Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo por meio de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de "*impairment*" na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência de que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento serão impactados. Evidência objetiva de "*impairment*" poderia incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; • Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; • Quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou recuperação judicial; • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Para certas categorias de ativos financeiros como contas a receber de clientes e outros recebíveis, a provisão para perdas é calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Para os ativos financeiros mensurados ao valor de custo amortizado, o valor do "*impairment*" corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros compatível aplicada no mercado financeiro. **Baixa de ativos financeiros**: A Companhia baixa um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para um terceiro. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade e continua a controlar o ativo transferido, reconhece a participação sobre o ativo e um respectivo passivo com base nos montantes que terá de pagar ao terceiro. Se a Companhia retém todos os riscos e retornos sobre a propriedade de um ativo financeiro transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos. **3.2 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos e, quando aplicável, para perdas na realização dos adiantamentos a fornecedores são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.3 Ativo biológico:** Os ativos biológicos correspondem às plantações de cana-de-açúcar destinadas para produção de açúcar e etanol. Os ativos biológicos são reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado. As principais premissas de cálculo do valor justo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7. A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Administração, sendo o ganho ou a perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no exercício em que ocorrem. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no final do período avaliado. **3.4 Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção e reduzido ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário. Em 31/03/2010, a Companhia optou por registrar o valor justo dos seus bens como custo atribuído aos itens de ativo imobilizado. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que implicam prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos e os itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesas, quando realizados. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **3.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente puder ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo e o contábil, diminuído dos custos a incorrer pela venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Para o exercício findo em 31/03/2025 e de 2024, não houve necessidade de constituição de provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável. **3.6 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar uma obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, especificamente, está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **3.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores de custo, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização (ativos), e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais. Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária são atualizados até a data do balanço, assim como os ativos

continua ☛ e

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/11/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Agrícola Almeida S.A.

passivos contratados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor naquela data. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. **3.8 IRPJ e CSLL:** A despesa com IRPJ e CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **a Impostos correntes:** A provisão para IRPJ é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro excedente a R$ 240. A CSLL é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **b Impostos diferidos:** Constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados o IRPJ e a CSLL diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros. O IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. **3.9 Reconhecimento da receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos agrícolas é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos agrícolas é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida, uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. **3.10 Novas norma contábeis e interpretações:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia:** Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 01/04/2025 foram analisadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não efetivadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **(iii) CPC 51 / IFRS 18:** o CPC 51 (IFRS 18) estabelece novos conceitos fundamentais relacionados à estrutura e apresentação da Demonstração do Resultado, exigindo a classificação das receitas e despesas em três categorias distintas: operacional, investimento e financiamento. A norma também reforça os requisitos de divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (*Management Performance Measures – MPMs*), bem como determina critérios mais objetivos para a apresentação das despesas operacionais, que deverão ser divulgadas de forma consistente por natureza ou por função. O CPC 51 (IFRS 18) entra em vigor para os exercícios iniciados em 01/01/2027.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/3/2026	31/3/2025
Caixa e saldos bancários	7	7
	7	7

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

5. Estoques:

	31/3/2026	31/3/2025
Matéria–prima (insumos agrícolas)	3.045	1.133
Combustíveis e lubrificantes	3	15
Materiais diversos de manutenção	932	778
Despesas de entressafra agrícola	1.232	1.069
	5.212	2.995

As despesas de entressafra referem-se a gastos incorridos na manutenção de equipamentos agrícolas fora da temporada, que são acumulados no decorrer da entressafra para alocação ao custo da produção agrícola na safra seguinte.

6. Impostos e contribuições a recuperar:

	31/3/2026	31/3/2025
ICMS **(i)**	11.028	9.544
Pis e COFINS	358	482
Compensações de Ofício – RFB	90	92
Outros	23	23
	11.499	10.141
Circulante	2.580	1.222
Não circulante	8.919	8.919

(i) Parte substancial do saldo, no montante de R$ 8.919, refere-se a ICMS na aquisição de insumos, sob processo de ação declaratória contra a Fazenda do Estado de São Paulo, relativo à sistemática limitante do IVA (índice) aplicado ao levantamento de saldo credor de ICMS em crédito acumulado. **7. Ativos biológicos:** O ativo biológico da Companhia compreende o cultivo e plantio de cana-de-açúcar para abastecimento de matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Em 31/03/2026, a Companhia possui 5.748 hectares (5.258 hectares em 31/03/2025) de áreas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal, que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira. Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos pela planta de produção (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo O valor justo das lavouras formadas de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas: • Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar total recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; • Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais da cana soca); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado em cada ano, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo não circulante tendo como contrapartida "Variação do valor justo dos ativos biológicos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar e proporcionalmente a produtividade esperada nas safras. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras, sendo revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	31/3/2026	31/3/2025
Área estimada de colheita (em hectares)	5.748,22	5.258,92
Rendimentos previstos (em toneladas de cana–de–açúcar por hectare)	105,74	91,36
Quantidade total de açúcar recuperável (em quilo por tonelada de cana–de–açúcar)	136,60	137,37
Valor de um quilo de total de açúcar recuperável (em R$)	1,0816	1,3518

a. Composição:

		Baixa por colheita		31/3/2026	31/3/2025
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	
Ativo biológico (cana–soca)	68.307	(25.955)	42.352	25.955	
Depreciação cana planta	33.848	(15.948)	17.900	15.948	
Variação do valor justo	(6.127)	–	(6.127)	9.478	
	96.028	(41.903)	54.125	51.381	

b. Movimentação do ativo biológico:

	2025	2024
Saldo inicial de ativo biológico a valor justo	51.381	33.802
Aumento decorrente de tratos culturais	60.252	41.903
	(41.903)	
Redução decorrente da utilização do ativo biológico	(30.132)	
Variação do valor justo	(15.605)	5.808
Ativo biológico no final do exercício a valor justo	54.125	51.381

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados aos seus ativos biológicos-lavouras de cana-de-açúcar,conforme a seguir: **b.1 Riscos regulatórios e ambientais:** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. **b.2 Riscos de oferta e demanda:** A Companhia está sujeita aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. **b.3 Riscos climáticos e outras:** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar e etanol depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada. O rendimento da safra e o teor de sacarose da cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas tem causado volatilidade na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais da Companhia, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das comodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Companhia irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. Adicionalmente, os negócios da Companhia estão sujeitos a sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no período de maio a novembro de cada ano (ciclo de colheita notadamente da região Centro-Sul do Brasil).

8. Outras contas a receber:

	31/3/2026	31/3/2025
Mútuo de créditos fiscais com partes relacionadas (nota explicativa nº 15)	211.649	211.649
Adiantamentos a fornecedores diversos	630	964
	212.279	212.613
Circulante	630	964
Não circulante	211.649	211.649

9. Imobilizado: a. Composição:

	Custo	Depreciação acumulada	31/3/2026 Líquido	31/3/2025 Líquido	Taxas médias anuais de depreciação (%)
Edificações e dependências	1.529	(455)	1.074	1.127	3,68%
Equipamentos e instalações	999	(767)	232	1.333	6,69%
Veículos, tratores e implementos	46.656	(33.904)	12.752	14.350	6,73%
Móveis e utensílios	153	(88)	65	20	6,16%
Computadores e periféricos	382	(297)	85	56	0,93%
Imobilizado em andamento	–	–	–	–	–
Terras	66.087	–	66.087	58.437	–
Planta portadora	126.537	(77.614)	48.923	42.074	13,80%
	242.343	(113.125)	129.218	117.397	

b. Movimentação do imobilizado:

Custo	Edificações e dependências	Equipamentos e instalações	Veículos, tratores e implementos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Terras	Planta portadora	Total
Saldo 31/03/2025	1.529	2.894	50.235	103	332	58.437	290.204	403.734
Adições	–	82	1.965	52	50	7.650	24.308	34.107
Transferências	–	(1.977)	1.977	–	–	–	–	–
Baixas	–	–	(7.521)	(2)	–	–	(187.975)	(195.498)
Saldo 31/03/2026	1.529	999	46.656	153	382	66.087	126.537	242.343
Depreciação								
Saldo em 31/03/2025	(402)	(1.561)	(35.885)	(83)	(276)	–	(248.130)	(286.337)
Adições	(53)	(67)	(3.144)	(7)	(21)	–	(17.459)	(20.751)
Transferência		861	(861)					–
Baixas	–	–	5.986	2	–	–	187.975	193.963
Saldo em 31/03/2026	(455)	(767)	(33.904)	(88)	(297)	–	(77.614)	(113.125)
	1.074	232	12.752	65	85	66.087	48.923	129.218

Custo	Edificações e dependências	Equipamentos e instalações	Veículos, tratores e implementos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Terras	Planta portadora	Total
Saldo 31/03/2024	1.529	2.626	51.075	98	328	60	58.437	263.087	377.240
Adições	–	–	–	–	–	2.063	–	27.117	29.180
Transferências	–	379	1.735	5	4	(2.123)	–	–	–
Baixas	–	(111)	(2.575)	–	–	–	–	–	(2.686)
Saldo 31/03/2025	1.529	2.894	50.235	103	332	–	58.437	290.204	403.734
Depreciação									
Saldo 31/03/2024	(380)	(1.585)	(36.622)	(78)	(261)	–	–	(232.182)	(271.108)
Adições	(22)	(49)	(1.353)	(5)	(15)	–	–	(15.948)	(17.392)
Baixas	–	73	2090	–	–	–	–	–	2.163
Saldo 31/03/2025	(402)	(1.561)	(35.885)	(83)	(276)	–	–	(248.130)	(286.337)
	1.127	1.333	14.350	20	56	–	58.437	42.074	117.397

10. Fornecedores:

	31/3/2026	31/3/2025
Matéria–prima e insumos	9.942	3.078
Circulante	9.898	3.034
Não circulante	44	44

Os saldos de fornecedores têm a seguinte composição de vencimentos:

A vencer	31/3/2026	31/3/2025
Até 30 dias	1.991	3.034
De 31 a 90 dias	928	–
De 61 a 180 dias	6.004	–
De 181 a 365 dias	975	–
Acima de 366 dias.	44	44
	9.942	3.078

11. Obrigações sociais:

	31/3/2026	31/3/2025
Salários a pagar	1175	984
Encargos sobre salários	296	4.127
Férias e 13º salário a pagar	2378	2.044
Encargos sobre as férias e 13º salário	241	219
Funrural a recolher	46	1.074
Outros	65	24
	4.201	8.472

12. Impostos e contribuições a recolher:

	31/3/2026	31/3/2025
IRRF – IRPJ Retido na Fonte	125	130
ISSQN – Imposto sobre Prestação de Serviços	7.433	6.856
PIS, COFINS e CS retidos fonte – Prestação de Serviços	26	11
	7.584	6.997

13. Parcelamentos de tributos e obrigações sociais:

	31/3/2026	31/3/2025
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	5	167
ISS – Imposto sobre serviços	57	5
Tributos – Lei 10.522/2002 – Simplificado (RFB/PGFN) **(i)**	2.419	1.819
Tributos – Lei 13.988 de 14/04/2020 – RJ (RFB/PGFN) **(ii)**	–	1.798
Previdenciário – Por Adesão pelo Edital nº 17/2025 – **(ii)**	6.182	–
Tributos – Estadual (Taxas Judiciária)	8	26
	8.671	3.815
Circulante	1.505	2.510
Não circulante	7.166	1.305

A Companhia vem aderindo a programas de parcelamentos oferecidos pela RFB/PGFN, com aproveitamento de benefícios referente a redução de multas, juros e encargos legais e a utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativo da CSLL para amortização do saldo devedor consolidado após as deduções legais permitidas, de débitos de contribuições previdenciárias e tributárias. (i) Excepcionalmente em 31/03/2026, a Companhia possuía parcelamentos simplificado ativos junto a PGFN e RFB, adesão nos termos da Lei 10.522/2022. (ii) Excepcionalmente em 11/11/2025 a Companhia realizou junto a PGFN adesão ao programa de parcelamento de débitos previdenciários conforme Edital nº 17/2025 – Desenrola Rural, débitos remanescentes do parcelamento rescindidos da Lei nº 13.988 de 14/04/2020. Os parcelamentos encontram-se atualizados e vem sendo liquidados em seus vencimentos.

14. Outras contas a pagar:

	31/03/2026	31/03/2025
Aquisição de terra	3.587	–
Acordos trabalhistas e cíveis	3.787	3.336
Outras contas a pagar	715	1.461
	8.089	4.797
Circulante	4.927	1.461
Não circulante	3.162	3.336

15. Transações com partes relacionadas: Em 31/03/2026 e 2025 os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes: **• Composição do saldo:**

Ativo não circulante:	31/3/2026	31/3/2025
Mútuo de créditos fiscais (nota explicativa nº 8) (i):		
Indústria de bebidas Tatuzinho Ltda.	207.914	207.914
Motocana Máquinas e Implementos Ltda.	3.735	3.735
	211.649	211.649

Passivo não circulante:	31/3/2026	31/3/2025
Mútuo com pessoa jurídica (ii)		
LB Cia Securitizadora de Créditos Financeiros	250	5.258
Black Rubber Ind.	2.194	2.194
	2.444	7.452
Adiantamento de clientes (iii)		
Agroindustrial Vista Alegre S.A.	113.425	86.131
	113.425	86.131

Sobre as transações com as Companhias relacionadas: (i) Refere-se a cessão de créditos fiscais (prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL), conforme contratos assinados entre as partes em conformidade com Lei nº 13.496 (PERT). **(ii)** Valores referem-se a empréstimos entre as partes relacionadas em condições pactuadas entre elas. **(iii)** Valores a serem recebidos por conta de adiantamento para entrega futura de cana-de-açúcar, conforme contrato de parceria entre as partes, e terá como objetivo fazer frente às necessidades de fluxo de caixa da Companhia para investimento nas lavouras. **16. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** A Companhia é parte em processos trabalhistas em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de consultores legais externos, para as causas classificadas como de risco de perda provável. A Companhia possui provisionado, em 31/03/2026 e 2025, os valores para fazer face àqueles processos cujos desfechos são considerados prováveis de perda, sendo o valor de R$ 4.216 e R$ 4.555 respectivamente. Os processos trabalhistas e cíveis com processos classificados como perda possível mensurados pelos especialistas é de R$ 4.809 em 31/03/2026 (R$ 6.848 em 2025). As principais causas são processos de natureza tributárias originados pelo município de Itapetininga e a União. A movimentação das provisões para riscos cíveis e trabalhistas é como segue:

	31/3/2025	Adições/baixas	31/3/2026
Riscos trabalhistas	4.437	(221)	4.216
Processos cíveis	118	(118)	–
	4.555	(339)	4.216

17. IRPJ e CSLL Diferidos: O IRPJ e CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. O IRPJ e CSLL tem a seguinte origem:

Ativos	31/3/2026	31/3/2025
Prejuízo fiscal e base de contribuição negativa	18.882	10.681
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	1.433	1.549
Ativo – Biológico	2.083	–
	22.398	12.230
Passivos		
Reserva de reavaliação e IPC	(8.597)	(8.597)
Diferenças temporárias de depreciação	(1.272)	(2.024)
Ativo – Biológico	–	(3.223)
Custo atribuído sobre imobilizado	(7.320)	(7.557)
Depreciação incentivada	(8.265)	–
Passivo não circulante	(25.454)	(21.401)
Diferido líquido registrado no passivo	(3.056)	(9.171)

Movimentação de impostos diferidos:

Ativos	31/3/2025	Resultado	31/3/2026
Prejuízo fiscal e base de contribuição negativa	10.681	8.201	18.882
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	1.549	(116)	1.433
Ativo – Biológico	–	2.083	2.083
	12.230	10.168	22.398
Passivos			
Reserva de reavaliação e IPC/90	(8.597)	–	(8.597)
Diferença de depreciação societária para fiscal	(2.024)	752	(1.272)
Ativo biológico	(3.223)	3.223	–
Custo atribuído imobilizado	(7.557)	237	(7.320)
	(9.171)	4.212	5.209
	(8.597)	14.380	(8.597)
Depreciação incentivada	–	(8.265)	(8.265)
Sem efeito no resultado	–	(236)	–
Valor Líquido	(9.171)	5.879	(3.056)

18. Patrimônio líquido: a) Capital social:

	31/3/2026				31/3/2025			
Acionistas	Ações	Em (%)	Em (R$)	Em (%)	Quotas	Em (%)	Em (R$)	Em (%)
Tavares de Almeida Participações S.A.	399.500	14,984%	8.647	5,126%	399.500	14,984%	8.647	5,126%
Tatre Administração e Participações Ltda.	187.876	7,046%	4.066	2,411%	187.876	7,046%	4.066	2,411%
Talavus Cons. em Gestão Empresarial Ltda.	500	0,019%	11	0,006%	500	0,019%	11	0,006%
LB – Cia Securitizadora de Créditos S.A.	2.077.683	77,926%	155.896	92,426%	2.077.683	77,926%	155.896	92,426%
Unimed Sul Paulista Cooperativa de Trabalho	482	0,018%	36	0,021%	482	0,018%	36	0,021%
Vidal & Mendes Assessoria Empresarial Ltda.	195	0,007%	15	0,009%	195	0,007%	15	0,009%
	2.666.236	100,00%	168.671	100,00%	2.666.236	100,00%	168.671	100,00%

b) Alterações societárias: Conforme mencionado em nota explicativa 1.1 em 03/06/2025, a Companhia foi transformada de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, sem alteração de suas operações, ativos, passivos, direitos ou obrigações. A mudança visou fortalecer sua estrutura de governança corporativa. **c) Ajuste de avaliação patrimonial:** É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento técnico CPC 27 e a Interpretação técnica ICPC 10, líquido de efeitos tributários. Posteriormente, na medida em que os bens, objeto da atribuição do novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de ajuste de avaliação patrimonial para lucros acumulados. Os montantes são reconhecidos líquidos de efeitos tributários.

19. Receita operacional líquida:

	31/3/2026	31/3/2025
Cana–de–açúcar	86.001	75.941
Impostos	(1.763)	(1.559)
Receita líquida de vendas	84. 238	74.382

20. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/3/2026	31/3/2025
Consumo de matéria–prima e insumos	(12.418)	(14.023)
Salários, encargos e benefícios	(28.667)	(26.929)
Material de manutenção e consumo	(5.514)	(4.673)
Depreciação e amortização	(2.255)	(1.443)
Serviços de terceiros	(19.051)	(9.484)
Despesas com comunicação	(54)	(41)
Contingências trabalhistas e cíveis	(634)	–
Reversão de provisão para contingências trab. e cíveis	974	10.837
Despesas legais, jurídicas e tributárias.	(645)	(8.035)
Amortização do ativo biológico	(15.292)	(12.486)
Variação do valor justo do ativo biológico	(15.605)	5.808
Acordos RJ realizado com partes relacionadas	–	339
Cessão de créditos PF e BN da CSLL Transação tributária	–	158.586
Outros resultados operacionais líquidos	(3.238)	(367)
Outros custos e despesas	1.040	(1.052)
Total	(101.359)	97.037

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/11/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Agrícola Almeida S.A.

	31/3/2026	31/3/2025
Classificação:		
Custos dos prod. vendidos e dos serviços prestados	(78.471)	(63.231)
Gerais e administrativas	(8.154)	(14.938)
Variação do valor justo do ativo biológico	(15.605)	5.808
Outros resultados operacionais líquidos	871	169.398
Total	**(101.359)**	**97.037**

21. Resultado financeiro:

	31/3/2026	31/3/2025
Outras receitas financeiras	61	2
Variação monetária ativa	–	368
Receitas financeiras	**61**	**370**
Juros de mora	(4)	(26)
Juros e multas sobre impostos pagos em atraso	(1.433)	(1.253)
Variação monetária sobre impostos	(131)	(1)
Outras despesas financeiras	(45)	(535)
Despesas financeiras	**(1.613)**	**(1.815)**
Resultado financeiro líquido	**(1.552)**	**(1.445)**

22. Instrumentos financeiros: 22.1 Gestão de risco financeiro: 22.1.1 Fatores de risco: As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. **a Risco com taxa de juros**: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **a.1 Risco de liquidez**: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Tesouraria.

23. Plano de Recuperação Judicial - PRJ:

	31/3/2026	31/3/2025
Credores – Trabalhistas	305	380
Credores – Garantia real	3.023	4.069
Credores – Quirografários	8.621	9.339
Credores – ME e EPP	2.238	2.323
Credores – Estratégicos	1.488	1.553
	15.675	**17.664**
Circulante	430	1.377
Não circulante	15.245	16.287

24. Resultado de exercícios futuros – PRJ:

	31/3/2026	31/3/2025
Instituições financeiras	21.532	21.532
Fornecedores de materiais e serviços	28.329	28.329
Fornecedores de cana e parcerias agrícolas	311	311
	50.172	**50.172**

A diferença entre os valores registrados contabilmente da dívida e o valor habilitado e homologado no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), proporcionaram um ganho, todavia estes valores não foram reconhecidos no resultado no momento da ocorrência pois a Administração entende que existem outras partes além da Companhia, que fazem parte das transações financeiras (avalistas, garantidores etc.) que podem vir a requerer o pagamento da dívida, assim sendo os ganhos teriam que ser revertidos e, portanto, o reconhecimento dos ganhos se dará definitivamente no momento da liquidação financeira da dívida. De acordo com avaliação técnica e práticas contábeis vigentes, essa receita deveria ter sido reconhecida no resultado do mesmo exercício social ao da homologação do plano de recuperação judicial.

A DIRETORIA

Paulo de Oliveira Camargo — **Fernando Eduardo Amado Tersi**
Carlos Alberto Vencel — **Thelma Bueno Manucci**
Edson Crispe - *Contador - CRC-1SP 134837/O-0*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos diretores da **Agrícola Almeida S.A.,** Itapetininga SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Agrícola Almeida S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrícola Almeida S.A. em 31/03/2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Integralização de capital social com base em reserva de reavaliação**: Em 01/12/2008, a Companhia realizou a integralização de capital social no valor de R$ 24.267 mil, utilizando como origem a Reserva de Reavaliação. Contudo, conforme as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 19.6 – Reavaliação de Ativos, essa reserva não pode ser empregada para aumento de capital ou compensação de prejuízos acumulados enquanto não for efetivamente realizada. Dessa forma, a operação não está em conformidade com os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes à época e suas atualizações posteriores. **Receita oriunda de redução de dívida:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém o saldo de R$ 50.172 mil registrado no passivo não circulante sob a rubrica "Resultado de exercícios futuros – PRJ", referente à receita oriunda da redução da dívida do Plano de Recuperação Judicial, homologada em 07/10/2019. De acordo com avaliação técnica, essa receita deveria ter sido reconhecida no resultado do mesmo exercício social ao da homologação do plano de recuperação judicial. A não reclassificação impacta a apresentação das demonstrações financeiras e implica em efeitos tributários estimados em R$ 2.333 mil relativos a tributos indiretos e R$ 17.059 mil referentes a tributos diretos. Em decorrência desse assunto, o passivo não circulante está apresentado a maior e o patrimônio líquido a menor em R$ 30.780 mil, respectivamente. **Outras contas a receber – mútuo de créditos fiscais:** Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 8 e 15 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31/03/2026 apresenta na rubrica outras contas a receber, valores a receber de parte relacionada, provenientes de Mútuo de Créditos Fiscais, no montante de R$ 211.649 mil. A realização desses valores em sua totalidade dependerá de novas oportunidades fiscais de utilização e de ações em conjunto das Administrações do grupo econômico do qual fazem parte, incluindo medidas para geração de resultados futuros. Até a conclusão de nossos trabalhos, a Companhia não havia elaborado uma análise sobre possível redução no valor recuperável desse ativo que poderia, de forma relevante, afetar certos elementos das demonstrações financeiras. Os efeitos desse assunto não foram determinados. **Créditos de ICMS sobre insumos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31/03/2026 apresenta na rubrica impostos e contribuições a recuperar, valores de ICMS referentes à aquisição de insumos no montante de R$ 8.919 mil, sob processo de ação declaratória contra a Fazenda do Estado de São Paulo, cuja perspectiva de perda foi avaliada pela administração e seus assessores jurídicos como possível. A realização desse saldo em sua totalidade depende do sucesso desse processo. Em decorrência desse assunto, o ativo não circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido em 31/03/2026 estão apresentados a maior no respectivo montante de R$ 8.919 mil. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Conforme nota explicativa nº 17, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, fundamentados na expectativa de lucros tributáveis futuros. Contudo, a realização desses créditos tributários, no montante de R$ 10.681 mil em 31/03/2026, dependerá da concretização desses lucros. Importante destacar que os prejuízos fiscais e as bases negativas não possuem prazos prescricionais, e sua compensação está assegurada em 100% dos lucros anuais, conforme a legislação fiscal vigente. Não foi possível, no momento, avaliar com segurança a capacidade de a Companhia gerar lucros tributários futuros suficientes para garantir a realização desses créditos e, consequentemente, não podemos concluir, como de fato não concluímos, sobre o assunto. **Ênfases: Transações com partes relacionadas:** Chamamos atenção para a nota explicativa nº 15, que demonstra transações em montantes significativos e em condições específicas com partes relacionadas. A posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas pela Administração da Companhia e as partes relacionadas nas respectivas negociações. Caso fossem realizadas com terceiros, os resultados dessas transações poderiam ser diferentes. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31/03/2025, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório de auditoria datado de 24/11/2025, continha as seguintes ressalvas: a) Integralização de capital social proveniente de reserva de reavaliação; b) não reconhecimento da receita sobre redução de dívida do plano de recuperação judicial; c) impossibilidade de concluir sobre a realização de outras contas a receber com partes relacionadas; e d) créditos de ICMS referentes à aquisição de insumos de difícil realização. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 17/09/2026.

Moore Prisma Auditoria e Consultoria Contábil
CRC 2SP024067/O-6

Octávio Bution Neto
Contador – CRC SP243568/O-1

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo